

PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR

A ARMA DA FOME NO GENOCÍDIO EM GAZA

Governo Lula precisa romper com Israel

Páginas 8 e 9



CRISE DA EDUCAÇÃO

Aluno sem professor e professor sem aula

Páginas 10 e 11



JUSTIÇA DETERMINA REINTEGRAÇÃO DE ALTINO

Pela reintegração de todos metroviários demitidos

Páginas 15

CHARGE



FALOU BESTEIRA

“Estou pessoalmente orgulhosa das ruínas em Gaza”



May Golan, Ministra da Igualdade Social e Empoderamento Feminino do Estado genocida de Israel, em discurso no Parlamento, em 19 de fevereiro.



BANCADA RURALISTA

Tramoias contra indígenas e quilombolas no Congresso

Para fazer com que suas pautas em relação às demarcações de terras indígenas avancem, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a chamada Bancada Ruralista, vai apostar na tentativa de modificar a Constituição, através de Propostas de Emenda à Constituição (PECs). Hoje são três PECs em trâmite no Congresso. Todas querem modificar o artigo 231, que trata dos direitos indígenas. A PEC 48/2023, por exemplo, busca estabelecer o Marco Temporal, data de promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988,

para as demarcações. Já a PEC 132/2015, que passou pelo Senado e agora está na Câmara, pretende incluir, no artigo 231, a possibilidade de que proprietários de imóveis sobre terras indígenas sejam indenizados. A terceira PEC, que ainda tramita no Senado, é a 59/2023, busca transferir para o Congresso Nacional a atribuição da demarcação de novas terras indígenas e a ratificação das já realizadas. Atualmente, o processo de reconhecimento formal dos territórios fica a cargo do Governo Federal. Jogar para o Congresso



é deixar a demarcação à mercê da Bancada Ruralista.

CASO EVALDO ROSA

Militares apontam para impunidade para autores de fuzilamento

O Supremo Tribunal Militar (STM) está julgando o caso de morte, com 82 tiros, do músico Evaldo Rosa e do catador de latinhas Luciano Macedo. Mas, antes de ser interrompido por pedido de vista, o militar-ministro relator apresentou sua tese, reduzindo a punição de 30 para três anos, no que foi seguido pelo primeiro ministro a votar. Ao que tudo indica, o corporativismo da caserna será preservado, assim como o espírito de casta que mantém os militares, sobretudo os altos oficiais, na mais escancarada impunidade, mesmo quando são comprovados criminosos, que cometem atrocidades contra o povo. Para o Tenente-Brigadeiro Carlos Au-



gusto Amaral, relator do caso, trata-se de “um erro plenamente justificado pelas situações”. Ou seja, os militares, supostamente, agiram em “legítima defesa”. O caso Evaldo Rosa aconteceu quando militares abriram fogo contra o carro que carregava sua família, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no dia 07/04/2019. No total,

foram 82 disparos, resultando na morte do músico negro e de Luciano Macedo, que tentou ajudá-lo. Segundo uma parente da família, os militares abriram fogo sem realizar qualquer abordagem prévia e promoveram o fuzilamento sumário, disparando contra o carro em que uma família negra estava indo a um batizado.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

✉ opiniao@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Para ter educação, salários dignos e emprego decente para os trabalhadores, precisamos enfrentar os bilionários capitalistas

Este ano, milhares de estudantes da rede pública que chegaram ao seu primeiro dia de aula se depararam com um completo caos. Disciplinas sem professores, professores sem aulas e outros tendo que se desdobrar para dar conta de várias turmas. No país, a maioria dos professores e professoras da rede pública já é contratada de forma precária, sem direitos ou garantia de emprego, e, este ano, ainda não conseguiram nem pegar aulas.

Na imprensa, porém, lemos notícias sobre como “a Educação avançou no primeiro ano do governo Lula”. A diferença entre o que a classe trabalhadora e a maioria da população vivem no dia a dia e o que aparece no Jornal Nacional, porém, não para por aí. No começo de março, o governo comemorou o que teria sido um enorme crescimento da economia em 2023.

Você sentiu que suas condições de vida tiveram uma grande mudança? Bom, alguns poucos certamente sim: a turma do agronegócio teve um crescimento de 15%, no começo de 2023, puxado pela soja. E por que dizem que a economia melhorou? O agro, principalmente, puxou o Produto Interno Bruto (PIB), a conta cujo resultado se refere a tudo o que é produzido no país durante um ano.

CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA QUEM? O “PIBÃO DE LULA”

Pelos números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o país teria crescido 2,9%, o que, para o governo, é uma demonstração de que estamos no caminho certo. Mas é um crescimento restrito a algumas áreas, como o agro e a sua produção de soja, que vai para exportação ou vira ração de boi.

Mas isso é bom, não é? Não. O campo não é como a novela “Renascer”. São grandes mono-



Breque dos App's em São Paulo

Foto: Felipe Campos Mello

culturas, cuja propriedade está nas mãos de grandes bancos e fundos financeiros e cuja produção atende a um punhado de oligopólios. Empregam cada vez menos e enriquecem cada vez mais. Promovem a destruição do meio ambiente e o genocídio indígena e quilombola, muitas vezes com a ajuda da polícia, como na Bahia.

PARA O PROJETO DO GOVERNO DAR CERTO, O POVO TEM QUE PERDER

Sem contar que esse “crescimento” é pequeno, mesmo na régua dos capitalistas, e que a taxa de investimentos, uma espécie de bússola para a dinâmica da economia no futuro, retrocedeu.

Mas sem contar, principalmente, que a renda média do trabalhador continua estagnada, há pelo menos 10 anos. E que, em pleno 2024, 50 milhões de brasileiros não contam sequer com saneamento básico. Que as contas de luz continuem subindo, e aumentarão ainda mais este ano, fazendo com que o povo pague os lucros das empresas que enchem os bolsos com a privatização desse serviço essencial.

Isso significa que o governo, a imprensa e os institutos de pesquisa estão mentindo? Não ne-

cessariamente. A questão é que, no projeto capitalista que o governo Lula se propõe a seguir, crescimento significa mais acumulação, mais desigualdade e mais dependência do país.

Não importam as crianças sem aulas, importam os lucros dos grandes grupos privados que dominam a Educação. Não importam a renda e os salários, mas que o agro esteja bombando. Para o projeto do governo dar certo, o povo tem que perder.

Expressão disso é a regulamentação dos trabalhadores de aplicativo, uma armadilha que abre um precedente para a precarização generalizada. Ou o Arcabouço Fiscal, que vai tirar bilhões dos serviços públicos para os banqueiros, ainda este ano.

OS ATOS CONVOCADOS PELO PT NÃO ENFRENTAM A ULTRADIREITA

O governo, o PT e os setores da esquerda que fazem parte do governo estão convocando manifestações que, a princípio, seriam pela prisão de Bolsonaro, mas viraram atos “pela democracia”. São atos que, na realidade, não vão enfrentar a ultradireita, mas defender essa democracia dos ricos em que vivemos, que promove o ge-

nocídio indígena, as chacinas policiais, como em São Paulo, no Rio e na Bahia. Atos que, falando a verdade, são para defender o governo e seu projeto.

Tivesse realmente a intenção de enfrentar o golpismo, o governo Lula não teria José Múcio à frente do Ministério da Defesa e já teria feito uma limpa no alto comando das Forças Armadas. Lula não estaria dizendo, agora, para esquecermos os tempos da ditadura militar; mas, ao contrário, defenderia punição aos torturadores, abertura dos arquivos e reparação às vítimas. E nenhuma anistia aos golpistas.

Mais ainda, quisesse enfrentar de verdade a ultradireita, o governo Lula não estaria impondo uma política econômica neoliberal, inclusive em conjunto com governos de extrema direita, como o de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), financiando a privatização de serviços públicos e implementando um regime de austeridade fiscal a serviço dos banqueiros.

Políticas que, ao fim e ao cabo, vão significar a piora da vida das pessoas e servirão como fermento para o crescimento dessa extrema direita. A única forma de derrotar a extrema direita é enfrentando os bilionários e capitalistas.

OS TRABALHADORES PRECISAM DE UMA ALTERNATIVA COM INDEPENDÊNCIA DO GOVERNO E DA BURGUESIA

O governo e a esquerda governista querem colocar a classe num dilema: ou vocês defendem nosso governo e seu projeto capitalista, de privatizações, austeridade, Parcerias Público-Privadas (PPPs), arrocho no funcionalismo, ou a ultradireita e os golpistas voltarão. É um falso dilema, porque um retroalimenta o outro. E enquanto isto, a vida da classe trabalhadora continua como está: precarizada, endividada, com seus filhos sem professores e sem perspectiva de melhora.

Para, de fato, mudar isso é preciso convencer a classe trabalhadora que ela tem o poder de, com suas próprias forças, lutar por direitos, contra este projeto capitalista que está nos levando à barbárie e enterrar de vez a ultradireita. O 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, é um momento especial para avançarmos neste sentido. Também precisamos lutar contra o genocídio palestino, que vitimou mais de 30 mil pessoas, a maioria mulheres e crianças, exigindo do governo Lula a ruptura imediata com o Estado de Israel.

Para lutar pelas reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, enfrentar os capitalistas e derrotar a ultradireita, é preciso uma alternativa dos próprios trabalhadores, com independência de classe. Ou seja, que não fique a reboque da burguesia.

É necessário construir uma oposição de esquerda e socialista ao governo, realmente antissistema, que ofereça uma verdadeira alternativa de vida à classe e ao povo pobre, às mulheres, aos negros e negras, às LGBTI+. Uma alternativa que represente de fato uma mudança nessa vida infernal à qual o capitalismo nos relega.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/42KXD09](https://bit.ly/42KXD09)

AUTONOMIA COM DIREITOS?

Projeto de regulamentação do trabalho por aplicativos esconde manobra para agradar empresas

LETÍCIA LIMA,
DE SÃO PAULO (SP)

Quando fechávamos essa edição, o governo havia formalizado sua proposta sobre a regulamentação do trabalho por aplicativos, depois de nove meses em negociação com as empresas do setor.

O projeto contempla algumas das reivindicações dos trabalhadores, como o piso salarial com referência no salário mínimo e final de semana remunerado (o que significa R\$ 32,09 por hora, sendo R\$ 24,07 pelos custos operacionais e R\$



Foto: Agência Brasil

8,02 por hora de trabalho); bem como seguridade social, com aposentadoria por idade, pensão por morte, auxílio-doença e acidente.

Além disso, o projeto promete construir pontos de apoio, com refeitórios, sanitários, água potável e primeiros socorros. São conquistas im-

portantes, fruto da forte luta protagonizada pelos entregadores antifascistas, que se enfrentaram com os interesses desses monopólios gigantescos e bilionários.

EMPRESAS DE ENTREGA ESTÃO FORA DO PROJETO

Contudo, o projeto que saiu da negociação do governo com as empresas também esconde retrocessos nas justas reivindicações do movimento.

A forma de regime de trabalho proposta não garante os mesmos direitos estabelecidos pelo regime da Conso-

lidação das Leis Trabalhistas (CLT) e, numa manobra para agradar as empresas, o governo criou uma nova categoria, os “trabalhadores autônomos por plataforma”, que livra as empresas da responsabilidade de estabelecer um vínculo empregatício total.

E pior: o projeto abrange apenas os motoristas de passageiros, deixando de fora os entregadores da UberEats, iFood, Rappi, Loggi etc., que trabalham em condições precárias e transitam em situação de risco para entregar comida e mercadorias o mais rápido possível.

EMPREGOS SEM FUTURO

A CLT está fora de moda?

Nesse sentido, a promessa do governo de garantir “autonomia com direitos” esconde suas reais intenções de legalizar a precarização. Aliás, foram nos governos petistas anteriores que o trabalho precário mais cresceu no país, pois a maioria dos novos postos de trabalho criados foram terceirizados e na faixa de 1,5 salários mínimos.

De lá pra cá, a situação só piorou, pois o desemprego e o subemprego chegaram a níveis ja-

mais vistos na pandemia. Hoje, estima-se que há quase 110 milhões de trabalhadores e trabalhadoras fora da CLT; sendo que 85,9 milhões estão na informalidade e 23,7 milhões são “autônomos”.

Nesse cenário de desmonte das leis trabalhistas, não é à toa que muitos trabalhadores questionem a necessidade da CLT.

Afinal, depois de sucessivas reformas da Previdência, que aumentaram a idade mínima,

como esperar que um entregador trabalhe com mais de 60 anos em cima de uma bicicleta para se aposentar? Ou, para muitos trabalhadores que se desdobram em dois ou três empregos, como cumprir uma jornada mínima de 8 horas diárias como motorista de aplicativo?

Se as plataformas virtuais, as novas tecnologias de otimização da gestão e do trabalho estivessem a serviço de melhorar a vida da nossa classe, se-



ria possível aumentar a produtividade, trabalhar menos e ter mais tempo livre.

Mas, o capitalismo se apropria da tecnologia para enrique-

cer grandes monopólios, como UBER, iFood, Deliveroo, Amazon, Alibaba etc., enquanto, na outra ponta, gera superexploração e desemprego.

“BREQUE DOS APLICATIVOS”

Um breque que botou em xeque os lucros das plataformas

No “Breque dos Aplicativos”, em 1º de julho de 2020, as reivindicações não se limitavam às pequenas migalhas. Os trabalhadores questionavam o controle dos aplicativos sobre seus ganhos, tempo e metas, impondo uma exploração sem limites e sem nenhuma contrapartida. A greve ganhou apoio dentre os trabalhadores das mais diversas categorias, pois desmas-

carava a nova face da superexploração, chamada, agora, de “empreendedorismo”.

O movimento deixou evidente a farsa das empresas de “tecnologia da informação” (TI), que, para burlar as leis trabalhistas, vendiam a ideologia de que o motorista é um mero parceiro que utiliza a tecnologia do aplicativo para “empreender”, o que faria destas plataformas meras fornecedoras de serviços.

PEGA A VISÃO

Lutar pela CLT e ir além!



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PA7SOM](https://bit.ly/3PA7SOM)

Aproveitando a conquista do direito à organização sindical, os trabalhadores de aplicativo estão em melhores condições de questionar os limites do atual projeto de regulamentação, lutar pelos direitos da CLT e ir além, pois também a CLT é suficiente para ga-

rantir condições dignas de vida.

É preciso, também, inverter a lógica dos algoritmos que controlam o tempo e metas dos trabalhadores, impondo pressão excessiva e um ritmo acelerado, gerando problemas de Saúde Mental e riscos de acidentes.

É importante se mirar no exemplo dos trabalhadores da União Europeia, que conquistaram leis que permitem gerenciar os algoritmos, conhecer os critérios sobre pagamentos e agendamentos, bem como recorrer de decisões injustas e arbitrariedades.

E mais do que condições mínimas de vida, precisamos almejar a construção de uma sociedade socialista, onde os avanços tecnológicos estejam a serviço da classe trabalhadora e onde possamos trabalhar menos e reduzir a jornada de trabalho para que todos trabalhem!

OPERAÇÃO VERÃO

Tarcísio e o carniceiro Derrite azeitam máquina de matar pretos e pobres

Enquanto governo muda comando da PM para radicalizar política genocida, números das chacinas na Baixada Santista só perdem para o Massacre do Carandiru, há 32 anos.

DA REDAÇÃO,

Enquanto fechávamos esta edição, a chamada Operação Verão, realizada pela Polícia Militar de São Paulo desde dezembro, e reforçada em fevereiro, na Baixada Santista, já contava com 38 mortos e uma série de denúncias, que incluem execuções sumárias, torturas e alterações nas cenas dos crimes.

Essa operação é, na verdade, uma continuidade da Operação Escudo, deflagrada em julho do ano passado e que deixou um rastro de 28 mortos. No total, a PM já matou 66 pessoas. O modus operandi do governo de Tarcísio Freitas (Republicanos) e de seu Secretário de Segurança Pública, o ex-capitão das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota) Guilherme Derrite, é o mesmo: a fim de justificar uma



Tarcísio e Derrite

ação, devido à morte de policiais militares, desatam uma onda de assassinatos e terror generalizados contra a população.

No caso da Operação Escudo, a desculpa foi o assassinato do PM Patrick Bastos. Suspensa temporariamente em setembro, a operação retornou em dezembro, com o nome de Operação

Verão. As mortes de dois policiais militares no início de fevereiro serviram como sinal verde para que a polícia retornasse de forma ainda mais violenta.

BARBÁRIE POLICIAL

Os relatos de execuções e torturas revelam o objetivo não só de matar, mas, também, de

impor um clima de verdadeiro terror dentre a população. Algo exemplificado por casos como o do catador de recicláveis José Marcos Nunes da Silva, de 45 anos, executado em seu barraco por policiais da Rota. Vizinhos relataram ter ouvido o catador implorando pela própria vida antes de ser morto. “Vocês vão matar um inocente, eu amo minhas filhas, minhas filhas me amam”, teria gritado José, antes dos disparos.

Outro caso é o de Hildebrando Simão Neto, de 24 anos, morto dentro da própria casa após, segundo a polícia, ter apontado uma arma contra os agentes. O relato da PM só não trazia um detalhe: Hildebrando era deficiente visual. Segundo sua mãe, ele não “amarrava o próprio sapato sozinho”.

Além disso, há relatos de um homem torturado com um

saco plástico na cabeça e, em outra ocasião, policiais tiraram fotos de cadáveres postados em forma de cruz, para compartilhar entre si, por aplicativos de celular.

Esse e outros casos de execuções e abusos foram documentados por entidades de Direitos Humanos e reunidos num relatório, entregue ao Ministério Público. A Defensoria Pública de São Paulo, junto com entidades como a Conectas e o Instituto Vladimir Herzog recorreram à Organização das Nações Unidas (ONU), exigindo o fim da operação na Baixada.

Especula-se que as chacinas na Baixada Santista tenham relação com uma disputa sobre o controle do Porto de Santos, um dos principais escoadouros de drogas para exportação. Uma briga entre facções, incluindo, aí, a própria polícia.

TUDO DOMINADO

Milicianização da Polícia Militar de São Paulo



Ao mesmo tempo em que promove a maior chacina policial desde o Massacre do Carandiru (em 1992, quando 111 detentos foram mortos no interior do complexo penitenciário), o governador Tarcísio e o secretário Derrite realizam uma radical reformulação no comando da Polícia Militar. Um decreto publicado no último dia 21 substituiu 34 coronéis, parte deles do alto comando.

Segundo relatos de coronéis transferidos das suas funções, essa movimentação ocorreu para afastar os militares contrários à atual política do governo Tarcísio, de aprofundar as operações de chacinas nos moldes da Escudo e Verão. Assim como ocorreu com os coronéis que apoiam a obrigatoriedade do uso de câmera corporal pela corporação. Ou seja, a ideia é tor-

nar a polícia ainda mais letal e violenta.

O secretário de Segurança Derrite, que já afirmou que cada policial, para ser considerado “bom”, deveria ter ao menos três homicídios no currículo, estaria colocando homens próximos no comando da PM, grande parte deles vindos do Batalhão de Choque e alinhados à política bolsonarista.

Só nesse primeiro bimestre do ano, as mortes cometidas pela PM subiram 94%. Para Derrite e Tarcísio, tudo isto é pouco. Além de formarem uma milícia particular, a partir do alto comando, querem aprofundar ainda mais o genocídio da população e da juventude pobre, periférica e negra.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IXRUBP](https://bit.ly/3IXRUBP)

ASSASSINATO DE INDÍGENAS

Na Bahia, PM é jagunço de fazendeiro

O aumento da violência policial não é um fenômeno que se restringe a São Paulo. Na Bahia, governada pelo PT e com a polícia que mais mata no país, policiais militares estão sendo investigados pelo assassinato da indígena Maria de Fátima Muniz, a Nega Pataxó, da etnia Pataxó Hã-Hã-Hã. Ela foi assassinada no último dia 21, quando ruralistas expulsaram indígenas de uma fazenda.

Indígenas relatam que, diante do conflito com fazendeiros, a PM chegou ao local e, ao invés de prenderem os jagunços, abriram caminho e escoltaram os pistoleiros. Os PMs e jagunços fariam parte um grupo miliciano chamado “Invasão Zero”.

No dia anterior ao assassinato, PMs torturaram um indígena. “Chamaram a gente de vagabundo. Nos mandaram abaixar a cabeça e ficar quietos. Bateram com pedaços de tábuas nas minhas costas e chutavam os dedos dos meus pés”, declarou um sobrevivente, Itamar Oliveira, ao portal Intercept, em 09 de fevereiro.

Policiais também estão sendo investigados pela execução de pelo menos quatro indígenas no estado, onde PM, fazendeiros e jagunços estão à frente do genocídio e expulsão dos povos originários.

DEBATE

Por que não ir às manifestações convocadas para 23 de março?

ZÉ MARIA, PRESIDENTE NACIONAL DO PSTU, E JÚLIO ANSELMO, DA REDAÇÃO.

A “Frente Brasil Popular” e a “Frente Povo Sem Medo” (compostas por organizações dirigidas pelo PT e PSOL, que fazem parte do campo político de apoio ao governo Lula/Alckimin) convocaram manifestações que, inicialmente, iriam ocorrer no dia 24 de março, tendo como mote a exigência da prisão de Bolsonaro. Depois que a direção do PT e o próprio Lula vetaram este tema, as organizações mudaram a data da atividade (para 23) e o mote passou a ser a “defesa da democracia”.

Se agregamos, aí, as últimas declarações de dirigentes do PT, apoiando o Supremo Tribunal Federal (STF), e a declaração de Lula, que diz que o golpe militar de 1964 e a ditadura que governou o país por 21 anos, são coisas do passado e devem ser esquecidas e deixadas para trás, fica perfeitamente nítido o caráter dessas manifestações: apoio ao governo Lula, usando como argumento a necessidade de enfrentar a ultradireita. Não por acaso, os organizadores das manifestações fazem questão que o Presidente da República esteja presente nos atos.

COMBUSTÍVEL PRA ULTRADIREITA

Veja, se formos tomar essa questão – o combate à ultra-

direita – somos obrigados a registrar que o governo Lula já nos deu inúmeras provas de que não se dispõe a fazê-lo. É o que salta aos olhos, por exemplo, em sua postura escandalosamente conciliadora em relação à cúpula militar das Forças Armadas (FFAA), depois da evidente participação desta na tentativa de golpe do “8J”, em 8 de janeiro de 2023, (seja ativa ou passivamente).

Algo confirmado por sua não menos escandalosa declaração sobre a ditadura que governou nosso país por 21 anos, numa demonstração impressionante de desrespeito pela memória daqueles e daquelas que lutaram contra o regime e às famílias dos mortos e desaparecidos.

Mas há outro aspecto que precisa ser destacado, aqui, talvez ainda mais importante: o governo Lula segue aplicando ao país um modelo econômico que ataca direitos e interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, para beneficiar os mesmos banqueiros e grandes empresários da indústria e do agronegócio que foram beneficiados pelo governo Bolsonaro. Todos sabemos que isso vai gerar desagaste e servir como alimento político à ultradireita bolsonarista junto à população.

Nos episódios do “8J”, o país sofreu uma tentativa de



golpe de Estado que, caso se consumasse, levaria a um retrocesso do regime político vigente, com a implantação de uma ditadura, abolindo as já escassas liberdades democráticas que temos no país. Naquele momento, foi absolutamente certo chamar à mobilização dos trabalhadores para defender a democracia, pois tratava-se de evitar um retrocesso que atingiria especialmente a nossa classe.

QUE “DEMOCRACIA” É ESSA?

A situação atual não tem nada a ver com isso. Bolsonaro e o bolsonarismo estão acuados, com o ex-presidente correndo risco de ser preso. Não há nenhuma tentativa de golpe, nem ameaça imediata nesse sentido. E enfrentar a ameaça que a ultradireita re-

presenta a longo prazo é, exatamente, tudo que o governo, que essa manifestação pretende apoiar, não faz. Diante disto, restam uma série de perguntas aos organizadores dessas manifestações.

Quais seriam os motivos pelos quais os trabalhadores deveriam ir às ruas para defender essa “democracia” que temos em nosso país? Devemos tomar as ruas pelos milhares de jovens negros que são chacinados nas periferias dos grandes centros urbanos de nossos país, todos os anos, pela polícia dessa “democracia”? Devemos ir às ruas pela continuidade do genocídio dos povos indígenas que essa “democracia” segue patrocinando, ano após ano?

Ou iremos marchar saudando a desigualdade social

abismal a que esta “democracia” condena a população, num sistema que, quanto mais rico, mais pobreza e violência impõe à maioria da população? Ou iremos às ruas pelo racismo que nela perdura contra negros e negras, o machismo e a misoginia contra as mulheres e os crimes contra as pessoas LGBTI+? Ou, ainda, marcharemos pela repressão às lutas dos trabalhadores, dos sem-terra, dos sem-teto?

Sequer a reivindicação de que não haja anistia para os golpistas se pode levantar de forma séria defendendo um governo que prega o esquecimento dos crimes de um ditadura militar que matou milhares de brasileiros e cujos chefes continuam, todos, absolutamente todos, impunes.

DESCOMEMORAÇÃO

Lutar contra os crimes da ditadura para que não mais aconteçam. Prisão para todos os golpistas do 8J!

Sim, os trabalhadores e trabalhadoras precisam ir às ruas. Mas, para exigir punição aos crimes e criminosos da ditadura e punição aos crimes e criminosos da tentativa de golpe do 8J. E isso começa por denunciar declarações como essa do

Presidente da República e por exigir do governo medidas sérias e imediatas para – naquilo que está sob sua responsabilidade – punir esses criminosos.

Exonerar e processar toda a cúpula das FFAAs está sob sua responsabili-

dade. Assim como adotar iniciativas para revogar o artigo 142 da Constituição (no qual os golpistas têm se apoiado, para tentar vender a ideia de que as FFAA podem exercer um “poder moderador”) e para desmontar o aparato militar repressivo

que segue praticamente intacto no país.

Também é preciso denunciar o apoio do governo à aprovação da nova Lei Orgânica das Polícias Militares, que vai agravar, ainda mais, o papel nefasto dessas polícias em nosso país,

e exigir a desmilitarização das PMs e da Segurança Pública. Essas demandas precisam estar presentes nas atividades de descomemoração do aniversário do golpe de 1964, que completará 60 anos em 2024. Nestas, sim, estaremos presentes.

**NÃO FALTAM MOTIVOS
PARA TOMARMOS
AS RUAS**

E trabalhadores e trabalhadoras precisam ir às ruas não apenas por estas razões. Estão, aí, os elementos de continuidade de uma política econômica – cujos parâmetros fundamentais foram dados pelo Arcabouço Fiscal, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional.

As consequências? A impossibilidade de se investir em políticas públicas, como saúde, educação, moradia, saneamento básico etc., algo que seria necessário (e possível, dado o volume de recursos que o país tem), para melhorar a vida do povo; o reajuste-zero para o funcionalismo público federal; a continuidade das privatizações através das Parcerias Público-Privadas (PPPs); o escandaloso projeto de lei elaborado pelo governo que “regulamenta” a situação de trabalhadores de aplicativo, mas, que, se estendida

simplesmente acaba com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e um longo etcétera.

Tudo isso para alocar quase metade do orçamento do país para encher os cofres de banqueiros e para assegurar benefícios e lucros ainda maiores para as grandes corporações econômicas, da indústria ao agronegócio, passando pelos serviços. Ou seja: para que os ricos fiquem cada vez mais ricos, esse modelo condena os pobres a estarem cada vez mais pobres.

Também contra isso os trabalhadores precisam ir às ruas. É preciso cobrar das organizações da classe trabalhadora, das grandes centrais sindicais deste país, uma atitude frente a essa situação. Em pouco mais de um mês, estaremos no “1º de Maio”. Qual vai ser a marca das atividades promovidas para lembrar o dia internacional de luta da classe trabalhadora? Atos políticos de apoio ao governo Lula, como as gran-



des centrais sindicais organizaram no ano passado? Ou teremos manifestações que preservem a independência

política da classe e que sejam momentos de luta, de denúncia das mazelas que são impostas à nossa classe

por esse governo e pelo sistema capitalista, de exigência para o atendimento das demandas da nossa classe?

ENTERRAR A ULTRADIREITA

Para derrotar o bolsonarismo é preciso enfrentar a burguesia e o capitalismo



Enfrentar a ultradireita

Ao governar com e para a burguesia, o governo Lula seguirá alimentando o capitalismo e os setores burgueses que dão base para o bolsonarismo, além de, ali na frente, poder perder o apoio que ainda tem de parte importante dos trabalhadores, dando mais espaço para um retorno do próprio Bolsonaro ou algum outro representante da ultradireita.

Somente os trabalhadores podem levar a luta contra o bolsonarismo até o fim. O que significa mobilizar os locais de trabalho, de estudo e moradia contra qualquer tipo de golpismo da ultradireita. Mas, também, combinar isso com a luta por melhores condições de vida e contra os ataques do governo Lula.

Manter-se politicamente independente dos dois blocos burgueses diferentes que se enfrentam, construindo uma

oposição de esquerda ao governo Lula e também uma dura luta contra a oposição de ultradireita, é o caminho para construir uma alternativa política para os trabalhadores que derrote, de uma vez por todas, a ultradireita, o capitalismo e todos os responsáveis pelas mazelas sociais que afligem o nosso povo.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras neste caminho torna possível não apenas derrotar as ameaças autoritárias como, de fato, responder aos problemas estruturais do país, possibilitando, inclusive, a substituição dessa democracia dos ricos por um regime de verdadeira democracia operária, sustentada pelo poder dos trabalhadores, construída com suas organizações democráticas e sob os escombros do poder dos capitalistas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/49DSKX9](https://bit.ly/49DSKX9)

PALESTINA

A arma da fome no genocídio em Gaza

SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

Empurrada para fora de suas terras, sem hospitais e medicamentos, com suas casas destruídas, sem alimentos, água, energia elétrica e enfrentando balas e bombardeios sionistas até mesmo quando tenta chegar a um punhado de comida. Esta é a trágica realidade da população palestina na estreita faixa de Gaza, que vive um genocídio por parte do Estado terrorista de Israel há cerca de cinco meses.

MASSACRE

O “massacre da farinha”, neste 29 de fevereiro, que es-

candalizou o mundo é parte do uso sionista da arma da fome para avançar em seu projeto genocida e de limpe-

za étnica. No norte de Gaza, palestinos famintos cercaram um dos poucos comboios humanitários e foram alvejados.



Mais de 100 homens, mulheres e crianças perderam a vida e cerca de mil ficaram feridos. Seu crime foi tentar não sucumbir à fome.

Em sua decisão, no dia 26 de janeiro último, de que é plausível a ação da África do Sul contra Israel pelo crime de genocídio, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) apresentou como uma das medidas a garantia do acesso à ajuda humanitária. Não obstante, esta diminuiu ainda mais na sequência dessa ordem. Israel, um Estado fora-da-lei, obviamente, continua ignorando solenemente todas as determinações do tribunal.

BLOQUEIO SIONISTA

Quinze mil toneladas de alimentos encontram-se paradas na fronteira egípcia, com colonos sionistas servindo como linha de frente para impedir a entrada humanitária. Chegaram a fazer “raves” para passar o tempo, enquanto matavam milhares de fome.

O que chegou nos últimos dias foram 400 sacos de farinha, algo como uma sacola para cada mil ou mais pessoas. O desespero dos palestinos em acessar essas migalhas foi a oportunidade para as forças de ocupação israelenses cometerem um novo massacre, como parte do genocídio.

MASSACRE E FOME

Morte por não ter o que comer

Todo o setor que permitia a autossustentação, em meio ao criminoso bloqueio sionista por 17 anos da estreita faixa, da pesca aos hortifrutis e pães, foi destruído nos últimos cinco meses. Grama e forragem animal passaram a ser as únicas possibilidades no cardápio. Para matar a sede, água contaminada e salgada.

COMO NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

As imagens são terríveis. Crianças esqueléticas que lembram as cenas registradas em campos de concentração durante a Alemanha nazista evidenciam uma realidade que a humanidade jamais deveria aceitar

que se repetisse. “Nunca mais para todo mundo”, como enfatizam milhares de judeus antisemitas nas ruas dos Estados Unidos, da Europa, do Brasil.

Entre as mais de 13 mil assassinadas no genocídio, 16 crianças morreram de fome nos últimos dias em Gaza, segundo documentou a Agência Anadolu. Entre eles, Yazan al-Kafarneh, de apenas dez anos de idade, que pereceu na última segunda-feira, 4 de março, após dez dias internado no Hospital Kamal Adwan, no norte da estreita faixa.

Somam-se, ainda, na macabra lista, bebês como Mennatallah Abu Amerah (seis meses), Sahar al-Zebdaa (40 dias),

Khaled Ahmed Hijazi (dois anos e meio), Mohammed al-Zaygh (45 dias), Mahmoud Ghaben (um ano), Ibrahim al-Batesh (três anos), Anwar al-Khoudary (nove meses), entre outros. Não são números, são vidas.

CATÁSTROFE

E milhares de outras estão em risco. Conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), os níveis de insegurança alimentar são catastróficos para a totalidade da população de Gaza – cerca de 2,4 milhões de palestinos, sendo 40% crianças.

Uma a cada seis crianças enfrenta quadro agudo de des-



nutrição. Vale lembrar que a realidade na estreita faixa já era de dramática crise humanitária, em meio ao criminoso bloqueio sionista imposto nos últimos 17 anos, além dos bombardeios

massivos e a conta-gotas. Em 2015, a ONU chegou a declarar que Gaza se tornaria inabitável em cinco anos. O genocídio por parte de Israel aprofunda esse fosso a níveis alarmantes.

MIGALHAS PARA GAZA, ARMAS PRA ISRAEL

Ação midiática para encobrir mãos manchadas de sangue



As imagens do “massacre da farinha” aceleram o isolamento internacional por parte do Estado sionista. Numa tentativa de conter danos, Estados cúmplices começaram a despejar, por ar, migalhas aos palestinos. Caso do Egito, que jogou 60 tone-

ladas. O Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas despejou, neste 5 de março, com a ajuda da Jordânia, o suficiente para alimentar 20 mil pessoas (seis toneladas).

Mais recentemente, a Jordânia já havia feito isso outras vezes. Numa delas,

juntamente com a França, os aviões jogaram a ajuda humanitária no mar. As vidas palestinas aparentemente não valeram sequer ligar o GPS. O povo faminto tentava resgatar os alimentos nadando e buscava matar a fome com o que conseguiu,



GENOCIDAS

Governo Lula precisa romper acordos com Israel

É nesse marco que Lula tem aumentado o tom em relação ao morticínio promovido por Israel. Em entrevista na Etiópia, no dia 18 de fevereiro último, durante sua participação na 4ª Cúpula da União Africana, ele observou que o que ocorre em Gaza não é guerra, mas genocídio: “O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu. Quando Hitler resolveu matar os judeus.”

A agressão e humilhação que se seguiram, por parte das lideranças do Estado de Israel e suas entidades no Brasil – acompanhadas, vergonhosamente, pelo coro do oligopólio midiático e por bolsonaristas –, foram tamanhas que forçaram Lula a convocar o embaixador do Brasil em Tel Aviv a retornar para consultas.

Após a declaração de Lula na Etiópia, o Estado racista e colonial de Israel partiu em tal grau para suas ofensas a ponto de declarar Lula “persona non grata” e dizer que ele “envergo-



nha o Brasil”. Lula não voltou atrás em sua declaração, o que arrancou do silêncio artistas, intelectuais e parlamentares. Artistas como Caetano Veloso e Chico Buarque manifestaram seu apoio aos palestinos.

Agora, para ser coerente, Lula precisa romper definitivamente relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado racista de Israel e expulsar o embaixador sionista do Brasil – como reivindicam milhares de vozes que se levantam em solidariedade internacional. Meses antes, este embaixador já havia protago-

nizado a afronta de ingressar no Parlamento acompanhado do colega genocida Bolsonaro e se reunir com seus asseclas no Congresso Nacional.

ACORDOS MILITARES

Até o momento, o Brasil anunciou a pretensão de suspender os acordos militares (não romper; ou seja, retomaria as relações com o Estado colonial e de apartheid perante um cessar fogo). É urgente ir além, pondo fim à vergonhosa marca adquirida nos últimos 14 anos de quinto maior importador de tecnologia militar

mesmo encharcado de água do mar.

Os próprios Estados Unidos começaram a despejar alguma ajuda por via aérea, enquanto seguem fornecendo suas armas assassinas ao Estado de Israel. Uma ação midiática para tentar encobrir suas mãos manchadas de sangue, que expõem suas entranhas. Mas o povo palestino não esquece e não se engana. Caiu definitivamente a máscara dos inimigos da causa palestina, apontados pelo revolucionário palesti-

no Ghasan Kanafani.

A decadência do imperialismo, cuja crise se agudiza, avança. Manter o apoio está se tornando insustentável, graças à heroica resistência palestina, que tem pautado gigantesca solidariedade internacional.

A causa palestina, símbolo das lutas contra a opressão e exploração em todo o mundo, tem colocado em xeque toda a cumplicidade histórica, que possibilitou a Israel se sentir à vontade para buscar sua “solução final”.

sionista. Isso, vale reiterar, é ser coerente com o reconhecimento do genocídio.

DÍVIDA

O Brasil tem uma dívida histórica com o povo palestino. O diplomata brasileiro Osvaldo Aranha, racista e eugênista de carteirinha, presidiu a sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947, que recomendou a Partilha da Palestina, em um Estado judeu e um árabe, delegando ao projeto colonial sionista mais da metade daquelas terras. Um sinal verde para a limpeza étnica que culminou na Nakba (catástrofe palestina cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista de Israel em 15 de maio de 1948).

A orientação era que o Brasil votasse favorável, preservando sua aliança com o imperialismo emergente dos Estados Unidos. E foi o que fez. Essa cumplicidade, à exceção de um breve re-
crudescimento, jamais cessou.

Romper acordos e relações é finalmente começar a liquidar essa dívida histórica, atendendo à campanha central de solidariedade internacional ao povo palestino, o Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS).

RESISTÊNCIA

Além da demora nessa ação, equívoco é tentar se justificar alegando referência somente ao governo Netanyahu – como se não tivesse a ver com um projeto colonial e racista de Estado. Ainda, anteceder sempre a defesa de que se trata de genocídio com argumento bastante deseducativo: a confusão de que ação da resistência legítima seria terrorismo.

Isso tem sido repetido por muitos apoiadores da declaração de Lula que quase pedem desculpas por dizer o óbvio – a despeito de as diversas fake news sionistas sobre o 7 de outubro já terem sido devidamente desmentidas. É necessário rechaçar a ideologia que segue equiparando resistência a terrorismo.

ISRAEL E OS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

30 mil palestinos foram assassinados desde outubro

O “massacre da farinha” foi um novo escândalo numa lista interminável de crimes contra a humanidade, que seguem acontecendo. Entre eles, o bombardeio do Hospital Al Ahli, em 17 de outubro de 2023, e de dezenas de outros.

Apenas 12 dos 36 hospitais em Gaza estão parcialmente em operação, para atender milhares de vítimas, mulheres grávidas e doentes em geral. São 50 mil ges-

tantes à espera da sua vez de dar à luz nessas condições. Cento e oitenta têm trazido seus bebês ao mundo diariamente e, quando precisam de cesariana, estas ocorrem sem anestesia.

O mesmo ocorre com milhares de amputados em função das bombas genocidas de Israel, muitos dos quais são crianças. Não há medicamentos, insumos, energia, combustível. Falta tudo. Setenta e

cinco mil feridos graves enfrentam a dor nessas condições deploráveis. A morte está à espreita para toda a população palestina na estreita faixa.

Uma nova fase da contínua Nakba se desenrola aos olhos do mundo, com requintes de crueldade inerentes a esse projeto que se constitui um crime contra a humanidade. Apenas nos últimos cinco meses, já são mais de 30 mil

palestinos assassinados, sem contar os milhares de desaparecidos sob os escombros.

Mas não serão apagados do mapa, como mostra a resistência heroica há mais de 75 anos. E quem não se colocar, agora, efetiva e concretamente, do lado certo da História haverá de responder lá na frente.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PAABYW](https://bit.ly/3PAABYW)



EDUCAÇÃO NO BRASIL

Professores sem aulas, empregos e salários, e alunos sem professores



PAULA FALCÃO*
DO RIO DE JANEIRO (RJ)

Professores e professoras sem empregos e salários. Alunos e alunas sem professores. E professores sem disciplinas para ministrar. Esses são exemplos da situação da Educação pública no Brasil.

O Novo Ensino Médio (NEM) impôs à juventude das escolas públicas a diminuição da carga horária de disciplinas fundamentais, como Biologia, Física, Química, Sociologia e Filosofia. Em alguns estados, até as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa tiveram redução de carga horária.

É a negação de parcela importante do conhecimento

científico produzido pela humanidade. No lugar dessas disciplinas, a oferta de generalidades, em disciplinas como “O que rola por aí?”, “Projeto de Vida”, “Ação! Está em suas mãos”, dentre outras.

A PRECÁRIA SITUAÇÃO DOS PROFESSORES

Diante desse cenário de imposição pedagógica e curricular, através do NEM e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os professores, professoras e o conjunto dos profissionais da Educação têm suas condições de trabalho precarizadas e sua situação econômica deteriorada.

Pela primeira vez, nas escolas estaduais em todo país,

o número de professores com contratos temporários superou o número daqueles e daquelas concursados. É o que mostram os dados do “Censo Escolar 2023”, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



Foto: Lucas CSPConlutas

Esses professores temporários recebem salários menores e não possuem os mesmos direitos trabalhistas. O exemplo é a chamada “Categoria ‘O’”, no estado de São Paulo. Dezenas de milhares de professores e professoras não sabiam se teriam seu emprego garantido

em 2024, muitos deles sequer tinham recebido corretamente seus vencimentos ao final do ano passado.

A situação dos funcionários de escola pelo país afora também é desesperadora. Em alguns lugares, esses trabalhadores e trabalhadoras chegam a receber menos que o salário mínimo.

Em janeiro, Lula sancionou uma lei que estabelece diretrizes para valorizar os profissionais das escolas públicas da Educação Básica. No entanto, o que estamos assistindo é o aumento da contratação temporária e das terceirizações no interior das escolas, não garantindo a esses profissionais estabilidade no emprego e seus direitos trabalhistas.

REVOGAÇÃO JÁ!

O Novo Ensino Médio

Após o imbróglio entre governo e o Congresso Nacional sobre as alterações no NEM, no último ano, o Ministro da Educação Camilo Santana prometeu melhorar o diálogo com os congressistas e que a aprovação das alterações no NEM seria prioridade neste primeiro semestre.

O mais provável é que essa pauta seja votada na Câmara dos Deputados ainda no mês de março. O que Camilo Santana e o governo Lula vão fazer é priorizar as negociações com os grandes grupos empresariais da Educação e seus representantes, em detrimento da indignação da juventude e dos profissionais do setor, que clamam pela revogação do NEM.

Enquanto os jovens têm seu acesso ao conhecimento restringido e os profissionais da Educação precisam se desdobrar para organizar aulas de disciplinas que não foram formados para ministrar, o Ministro da Educação abre as portas para o processo de privatização.

Os dados do Inep são reveladores, a rede privada passou de 14% das matrículas, em 2010; para 19,9%, em 2022. Houve uma diminuição no número de matrículas na rede pública, de 2022 para 2023, de 1,3%; enquanto, no mesmo período, houve um aumento de quase 5% na rede privada.

PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO

O Governo Lula e os grupos empresariais da Educação



Paulo Lemann

A relação de Lula com os grandes grupos empresariais da Educação não é novidade. Acontece desde as primeiras gestões petistas, com a presença dos representantes

desses grupos no governo. Agora, a história se repete.

Basta observarmos que o empresário Jorge Paulo Lemann, um dos bilionários do país (e o mesmo envolvido

no escândalo de fraude das Lojas Americanas), ocupa, através de sua ONG Mega-Edu, cargos nos ministérios da Educação e das Comunicações, tendo a capacidade de influenciar no destino de um montante superior a R\$ 6 bilhões do orçamento público, referentes à implementação de Internet nas escolas.

FAZENDO DA EDUCAÇÃO UMA MERCADORIA

Os grandes grupos empresariais da Educação, como Kroton, Yduqs, Ser Educacional, Ânima ou BAHEMA, são todos de Sociedade Anônima

(SA), listados nas Bolsas de Valores. Fundos de investimentos como a BlackRock, o maior fundo de investimentos do mundo e que faz a gestão de recursos que passam de US\$ 10 trilhões de dólares (o que corresponde a cinco vezes o Produto Interno Bruto brasileiro) investem nesses grupos educacionais e são os responsáveis pela orientação dos seus negócios através da intervenção nos conselhos de administração desses grupos.

E são esses grupos que ditam as políticas públicas para a Educação no país, através de negociações e lo-

bbies em reuniões de portas fechadas nos ministérios e gabinetes do Congresso. Políticas como o NEM e a BNCC, que determinam os conteúdos pedagógicos, os currículos, os materiais didáticos, dentre outros aspectos, são orientadas por esses grupos empresariais da Educação.

Não é por acaso, também, que as editoras que elaboram os materiais didáticos e literários comprados e distribuídos pelos programas governamentais para as escolas da rede pública do país sejam igualmente ligadas aos grandes grupos empresariais da Educação.



Parcelas significativas dos profissionais da educação e da juventude já perceberam que esses grupos empresariais são responsáveis pela situação da Educação no país. Isso ficou nítido na Conferência Nacional da Educação, no final de janeiro, onde os participantes entoaram a palavra de ordem “Fora Lemann”, quando o

ministro Camilo Santana fez uso da palavra.

Em nossa opinião, a luta por educação pública, gratuita e de qualidade precisa se enfrentar com esses grupos empresariais e com os governos que abrem espaços para eles. E este é o caso do governo Lula.

Enquanto negocia com esses grupos, o governo nega

as justas reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação e da juventude. Nesse momento, por exemplo, nega o reajuste aos servidores federais. A proposta de greve já apareceu em plenária do congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). A luta é um caminho necessário!

ATAQUES CONTINUAM

A ultradireita bolsonarista e a Educação

Durante o governo Bolsonaro, os profissionais da Educação e a juventude sofreram com os ataques. Responderam também com as mobilizações, em 2019, que ficaram conhecidas como o “Tsunami da Educação”. A derrota eleitoral de Bolsonaro foi um alívio para toda classe e foi assim que grande parte dos profissionais de Educação e da juventude também a encararam.

No entanto, Lula, ao governar prioritariamente para os grandes empresários e não atender as reivindicações da nossa classe, vai gerando uma desmoralização dos trabalhadores e trabalhadoras e da juventude. Essa política

de conciliação de classes vai abrindo espaço para novo fortalecimento da ultradireita.

Quando Lula vai a um evento e elogia o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ele não está dividindo a direita, está fragilizando os profissionais de Educação, os trabalhadores da CPTM (trens) e Sabesp (água e saneamento) que lutam contra a privatização em andamento no estado. Fragiliza os professores e professoras da “Categoria ‘O’”, que não possuem estabilidade no emprego. Fortalece a ultradireita.

A ultradireita tentou traduzir seu projeto de ditadura para Educação. Tentou emplacar o famigerado projeto

“Escola Sem Partido”, ainda que não tenha conseguido, e propagou o feroz combate ao que chama de “ideologias de gênero”.

Fez o Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim), que colocava militares da reserva para gerir escolas públicas, abrigando parte de sua base política e perseguindo os movimentos da juventude e dos profissionais da Educação. Lula, corretamente, revogou o projeto; mas, não foi a fundo para enfrentar os governadores e prefeitos bolsonaristas que bancaram as escolas que já tinham aderido ao programa.

Ao não enfrentar consequentemente essa ultradirei-



Escolas Militares

ta bolsonarista, eles acabam se fortalecendo. No estado do Rio de Janeiro, a presidência da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do estado (Alerj) está com o deputado bolsonarista Alan Lopes (PL). Esse deputado vem usando o cargo para perseguir profissionais da Educação, aplicando o projeto “escola sem partido” na prática.

Além disso, atua no sentido de restringir as liberdades democráticas. É o caso de um projeto de lei de sua autoria que praticamente impede eleições para Diretor de Escola, conquistadas com muita luta da juventude no movimento de ocupação de escolas e da greve dos profissionais da Educação, em 2016.

PROGRAMA

Uma Educação a serviço dos trabalhadores e da juventude pobre



Para garantir uma educação de qualidade é necessário enfrentar os grandes grupos empresariais da Educação e sua sanha por lucros. É necessário enfrentar a política de conciliação de classes que beneficia esses grupos. Assim como é fundamental nos mantermos alertas, para enfrentar as intenções golpistas da ultradireita bolsonarista.

Devemos lutar contra quaisquer tentativas de ataques às poucas liberdades democráticas que a classe trabalhadora tem no capi-

talismo. Usando o exemplo das eleições de diretores de escola, a luta por esse direito é essencial. No entanto, precisamos avançar na compreensão de quem deve governar o país e o mundo. Devemos eleger os diretores de escolas e ter o direito de retirá-los do cargo se ele não aplicarem o que foi decidido pela comunidade escolar.

Deve ser assim, também, com a Secretaria de Educação da nossa cidade ou estado. Deve ser assim, também, com o Ministro da Educação.

Quem deve eleger e elaborar as políticas educacionais são os profissionais de educação e a juventude, junto com os trabalhadores e trabalhadoras que necessitam acesso ao conhecimento e à Ciência e não com os grupos empresariais da Educação, que lucram com isso. E deve ser assim, também, no conjunto da sociedade.

***Paula Falcão é professora da rede pública no município do Rio de Janeiro.**

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3V2UH17](https://bit.ly/3v2UH17)

DECLARAÇÕES

A Ucrânia diante da invasão russa: atacada por um imperialismo e chantageada por outros

Leia a declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI) sobre os dois anos da guerra na Ucrânia. O artigo completo está no portal do Opinião Socialista.

TARAS SCHEVCHUK, DA UCRÂNIA

A Ucrânia está travando uma guerra de libertação nacional, partindo de sua condição de país semicolonial. Por isso, objetivamente, enfrenta todos os imperialismos e o sistema capitalista como um todo. E as massas ucranianas, especialmente a classe operária, se chocam cada vez mais com a sua direção, política e militar, burguesa, pró-imperialista e pró-sionista, que também serve aos interesses dos vários clãs de oligarcas locais.

Dois anos após o início da guerra de resistência à invasão e à ocupação, as classes exploradas vivem uma experiência dolorosa e enfrentam o grande desafio de superar as falsas ilusões no apoio do “Ocidente” e avançar para a revolução social, embora o significado de “socialismo” para a maioria dos que resistem ao invasor está envenenado pela memória do stalinismo, que degenerou e, finalmente, derrubou a ex-URSS e que, novamente, traiu o povo através dos partidos herdeiros do partido comunista soviético (PCUS), como o Partido Comunista Ucraniano (PCU), o Partido Socialista Progressista da Ucrânia (PSPU) e outros satélites, que, em 2014, apoiaram a anexação russa da Crimeia ou atuaram como agentes da invasão e divisão do Donbass (região mineira, no Sudeste da Ucrânia).

UMA RESISTÊNCIA HEROICA E ARMADA

A classe operária armada e a heroica resistência das massas foram fatores essenciais que permitiram à Ucrânia resistir dois anos à agressão de uma das maiores potências militares. Foram a iniciativa e a auto-organização das massas que conseguiram rechaçar a invasão da cidade e região de Kiev e fazer com que os ocupantes, que invadiram a partir da fronteira Norte, retrocedessem.

Na região de Kiev e noutras cidades, o povo mobilizou-se,



exigindo a entrega das armas. A princípio o governo tentou controlar a entrega; mas, dezenas de milhares foram tomadas por voluntários. Isto forçou a Rada (Parlamento) a emitir uma lei sobre a posse de armas, devido à emergência da guerra.

Desde março de 2022, a classe operária, alistada massiva e voluntariamente, constituiu o sujeito social fundamental das tropas em combate. No início, através da organização das Brigadas de Defesa Territorial. Mais tarde, foram centralizados e disciplinados sob o comando militar do Estado. Mesmo com estas transformações e distorções, nestes dois anos assistimos a um imenso sacrifício de vidas para defender a causa da liberdade, o que já representa um feito histórico.

OS OBSTÁCULOS À RESISTÊNCIA

Todo este processo enorme e extraordinariamente progressista esbarra num primeiro obstáculo: o governo Zelensky, que é o agente da colonização imperialista. Este governo tomou posse em 2019 e foi o segundo – o primeiro foi o do magnata Poroshenko – que surgiu da política de reação “democrática”, aplicada pela burguesia imperialista para desviar a imensa ascensão de massas que levou, em 2013/14, à insurgência Maydan, que derrotou a tentativa bonapartista do presidente Yanukovich e forçou-o a fugir e a refugiar-se na Rússia.

solidariedade ativa à resistência ucraniana, até com destacados combatentes voluntários.

A RENÚNCIA DE AVDIIVKA

A chantagem dos imperialismos dos Estados Unidos e da União Europeia (UE) está no centro das causas e fatores que geraram e detonaram a demissão de Valçerri Zaluzhny (Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da Ucrânia) e, semanas depois, forçaram a retirada caótica das tropas ucranianas da cidade de Avdiivka, na região administrativa de Donetsk.

Ambos os fatos estão intimamente ligados. Zaluzhny, em suas entrevistas aos meios de comunicação imperialistas, revelou ao mundo que a tão mencionada “contraofensiva” no Sul não poderia ser realizada sem aviões e uma mudança qualitativa no armamento. E justificou a sua permanente maior cautela em frentes como a cidade de Bakhmut ou Avdiivka para salvar vidas e minimizar as baixas, face à permanente falta de munições, armamentos com novas tecnologias e artilharia de longo alcance.

Com a demissão de Zaluzhny, um número significativo de generais foi substituído. O mal-estar nas Forças Armadas foi sentido. A crise continua no comando militar, em meio a uma guerra que exige uma moral de combate cada vez mais elevada. E, hoje, essa moral, em toda a cadeia de comando, está em declínio permanente.

O JOGO DE CENA COM O IMPERIALISMO

A segunda razão é a falta de assistência dos nossos supostos “fiadores”, que assumiram certas obrigações que não cumpriram. Escondendo-se atrás de jogos políticos internos dos EUA, praticamente entregaram Avdiivka a Putin, antes das eleições, criando-lhe condições fáceis para mais uma “reeleição”. Mas, muito provavelmente, tudo isto é uma espécie de acordo entre Biden e Putin, através de William Burns (Diretor da CIA) e Jake Sullivan (Secretário de Segurança dos EUA).

E, no final, perdemos território, perdemos uma poderosa e séria zona fortificada e um trampolim para uma maior libertação do Donbass. Agora, o novo chefe militar Oleksandr Sirsky dá ordens com mãos de ferro, sacrificando vidas e equipamentos bélicos, com um exército em condições de escassez de armas, imposta pelo imperialismo.

Nesse sentido, tal como Zelensky, Sirsky parece adaptar-se melhor à perversa política imperialista, de acentuar os retrocessos militares da Ucrânia e esconder que estes se devem à suspensão do fornecimento de equipamentos militares. E, assim, tentam conseguir que uma parte significativa das massas concorde em negociar as concessões territoriais à Rússia. Mas, até agora, mais de 75% dos ucranianos rejeitam essa possibilidade.

SUBORDINAÇÃO

Colonização imperialista agrava a crise do regime ucraniano

As pressões dos EUA, da UE e do FMI não produzem crises apenas na esfera militar, mas em todas as instituições do regime. E essa agudização é influenciada pelo agravamento das condições de vida e pelo aumento das desigualdades econômicas e sociais nestes dois anos.

E, também, um aumento ilimitado da pilhagem imperialista, especialmente de recursos naturais e terras férteis. Uma informação sobre este saque: cerca de 2,8 milhões de hectares de terras férteis, equivalente a um terço do território ocupado pela Rússia, são propriedades e exploradas por corporações imperialistas, cujos capitais podem ser associados aos oligarcas ucranianos.

FEDERAÇÃO RUSSA

A falsa imagem de solidez do regime FSB-Putin

A cumplicidade do imperialismo com a agressão do regime encabeçado pelo Serviço Federal de Segurança (FSB) e Putin ficou evidente em 2014. Na época, foram mantidas as negociações e os “acordos de Minsk”, que também legitimaram a divisão do Donbass. Agora, face à invasão russa em grande escala, essa cumplicidade fica duplamente exposta. A começar pelas constantes violações das “sanções” decretadas pelas instituições imperialistas, pelas suas próprias corporações e empresas, que continuaram e até aumentaram os seus negócios com a Rússia.

Nas massas russas, as adversidades deste inverno multiplicaram-se. Apesar das imensas receitas em divisas provenientes das exportações de gás, petróleo, fertilizantes químicos e da colheita de cereais, grande parte delas saqueadas da Ucrânia, estes recursos são dedicados para o orçamento da enorme máquina e da indústria militar. Isto produz pobreza e privação crescentes, enormes deficiências nas dotações para a Saúde pública e a Educação.

Portanto, mesmo tendo em conta o regime de repressão, ocorreram protestos relativamente numerosos em grandes centros, como o



Vladimir Putin

extenso e populoso subúrbio de Moscou. Embora não possamos falar de mobilizações generalizadas, a crise e o incipiente protesto social têm raízes no fato da guerra

ter ceifado 350 mil vidas – sem contar os milhares de mercenários mortos – e ter causado mutilações em outras centenas de milhares de pessoas. Às vésperas das

eleições, o regime evita falar em recrutamento em massa e prioriza a caça de trabalhadores migrantes e as regiões periféricas, na forma de contratos.

DOUTRINA KISSINGER

O jogo de interesses no contexto da crise da ordem mundial



Não é objetivo deste artigo detalhá-los, mas os motivos dos EUA foram enunciados há muito tempo pelo ideólogo contrarrevolucionário Henry Kissinger. Ele alertou que uma derrota retumbante de Putin poderia produzir uma desestabilização do imenso espaço euroasiático, o que tornaria ainda mais difícil a manutenção da hegemonia ianque.

Os imperialismos da UE continuam dependendo da energia e dos combustíveis russos e do seu comércio com a China. Por outro lado, uma parte significativa dos estados da UE boicota as importações agrícolas e da indústria básica da Ucrânia. E, para a China, a permanência do regime de Putin representa a oportunidade de importar petróleo e gás a preços vantajosos.

Os imperialistas ocidentais, pressionando o fantoche de Kiev, esperam desmoralizar a resistência ucraniana. Nesse sentido, a doutrina Kissinger de divisão da Ucrânia, foi imposta para evitar o colapso do regime putinista. Washington e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) boicotaram o fornecimento de aviões e de armas ofensivas de longo alcance. E, a partir de Kiev, eles aplicam sua parte da doutrina.

PROGRAMA

Como avançar à vitória

Esta guerra visa libertar o país e expulsar os ocupantes. Se a classe operária está na frente de batalha, é ela que deve decidir o poder em Kiev. Rejeitamos que a guerra se tenha tornado um negócio para oligarcas e corporações estrangeiras. Chega de privilégios!

É preciso alocar todos os recursos do país ao serviço da vitória militar contra os ocupantes! Prioridade de recursos para soldados e Brigadas de Defesa Territorial! Salários integrais e direcionar toda a força de trabalho disponível no setor para a Defesa! Nacionalização de

todas as empresas ligadas à defesa nacional, sob o controle dos trabalhadores!

Até agora, as vitórias militares ucranianas se devem apenas ao sacrifício e ao esforço dos trabalhadores e trabalhadoras. O povo sabe que o “Ocidente” decepcionou. Apenas algumas armas prometidas chegaram, atrasadas, escassas e a maioria delas defeituosas. Exigimos aviões de combate e armas para a Ucrânia!

Não à adesão à OTAN ou à União Europeia! A adesão significa substituir o domínio do regime Russo sobre a parte não ocupada da Ucrâ-

nia pelo domínio da UE. Os planos de “reconstrução” acordados entre Zelensky, a UE e o FMI aprofundarão a dominação colonial do Estado ucraniano. É por isso que é importante defender a integridade territorial de uma Ucrânia verdadeiramente unida, independente e livre.

Só a classe operária ucraniana, aliada ao resto do proletariado europeu e mundial – e apelando especialmente à solidariedade dos operários da Belarus e, também, da Rússia – pode assegurar estas tarefas de defesa nacional nas suas próprias mãos e conduzi-las à vitória.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/48T2IOQ](https://bit.ly/48T2IOQ)

SAIBA MAIS

Leia o artigo completo aqui

A solidariedade operária e popular internacional é o único apoio eficaz e consequente para a resolução positiva desta guerra e para evitar a desmoralização.

SINDICADO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Eleição assegura fio de continuidade de uma história de lutas, democracia operária e independência de classe

ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO,

Nos dias 22 e 23 de fevereiro, aconteceu a eleição que elegeu a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, no Vale do Paraíba, em São Paulo. A “Chapa 1: Experiência, Renovação e Luta” recebeu 94% dos votos válidos, confirmando a aprovação dos sócios ao perfil combativo da entidade.

Filiado à CSP-Conlutas, é um dos mais importantes sindicatos operários do país. Exemplo de luta, democracia operária e independência de classe, protagonizou greves históricas e foi parte ativa das lutas políticas mais importantes nas últimas décadas.

A presença da militância do PSTU na direção do sindicato tem sido fundamental para esta atuação, que tem princípios como a defesa dos direitos dos trabalhadores, com uma ação combatente, sem rabo preso com governos e patrões; a organização por local de trabalho, com a mais ampla democracia, e a luta política contra as ideologias da classe dominante, a opressão e a exploração capitalista.

Por isso, vale contar um pouco da história dos trotskistas junto à classe operária de São José dos Campos e Região.

LÁ VEM HISTÓRIA

No final da década de 1970 e início de 1980, ocorria no Brasil um processo de lutas operárias, com greves, que se enfrentavam com a ditadura militar e derrubavam as velhas direções burocráticas que estavam à frente dos sindicatos. Foi neste contexto que o PT e a CUT nasceram. A Con-



Dá direita para a esquerda: Toninho (1990 e 1997), Mancha (2000 e 2003), Índio (2006), Vivaldo (2009), Macapá (2012 e 2015), Weller (2018, 2021 e 2024)

vergência Socialista (CS), corrente que ajudou a fundar o PT e, depois, deu origem ao PSTU, lançou o movimento de oposição operária em São José dos Campos, em 1980, tendo o militante Ernesto Gradella à frente.

Em 1984, em uma chapa unitária com a Articulação Sindical, do PT, derrubam os pelegos do sindicato. A militância da CS era minoria na diretoria. Em 1990, essa aliança foi rompida, pois a Articulação organizou uma chapa excluindo os militantes da CS, inclusive com orientação de Lula.

A VITÓRIA DO TRABALHO DE BASE E DA LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO

“Eles avaliavam que iam ganhar, nos excluíram. Organizamos uma chapa própria. Nós também achávamos que iríamos perder. Eles jogaram todo o peso do PT, com o apoio do Lula, mas nós vencemos. O trabalho de base e nossa localização nas principais fábricas foram fundamentais para isso”, lembra Toninho Ferreira, militante do PSTU.



Toninho em campanha pela ‘Chapa 2’, em 1990, quando vence a eleição derrotando a chapa do PT

“Fizemos uma forte campanha contra a redução de 20% dos salários. Organizamos as Comissões de Fábrica para avançar no trabalho de base. Mas, também, colocamos o sindicato nas lutas gerais, nas lutas mais políticas, não apenas nas pautas econômicas. Fomos a referência na luta pelo ‘Fora Collor’ na região. Compramos um caminhão de som, realizávamos atos públicos. Essa referência de luta, o sindicato segue tendo até hoje”, explica Toninho sobre a primeira gestão.

CONSTRUÇÃO DA CSP-CONLUTAS

Durante toda a década de 1990, o sindicato se enfrentou com as medidas neoliberais de FHC (PSDB), que reduziam os salários e retiravam direitos. A CUT, cada vez mais cooptada, passou a defender a colaboração de classe, abandonando a luta e o classismo. O sindicato lutou contra isso.

“Os operários de São José rejeitavam, nas assembleias, esses ataques. Na GM foi rechaçado o famoso acordo das Câmaras

Setoriais, nas quais os dirigentes sindicais negociariam com as montadoras a reestruturação das empresas”, diz Luiz Carlos Prates, o Mancha.

Em 2002, tivemos a primeira eleição de Lula como presidente do Brasil. A maioria dos sindicatos e movimentos sociais foi cooptada ao governo. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José resistiu bravamente, mantendo-se independente do governo.

“A CUT passou a ser chapa branca. Setores do funcionalismo público iniciaram um movimento de ruptura com a CUT, após a aprovação da Reforma da Previdência. O Sindicato também rompeu com a CUT e deu início à construção de uma outra entidade independente, classista e de luta. Essa batalha que deu origem à CSP-Conlutas”, conta Mancha, que era presidente do sindicato à época.

INDEPENDÊNCIA E LUTA

Foi com independência e luta que o sindicato atravessou os go-

vernos do PT, assim como enfrentou os governos Temer (MDB) e Bolsonaro (PL). “Lutamos contra as reformas Trabalhista e da Previdência, o Teto de Gastos, e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Fomos parte da grande Marcha à Brasília, que poderia ter derrubado Temer, se não fosse o recuo e traição das grandes centrais”, afirma Weller Gonçalves, militante do PSTU e atual presidente do Sindicato.

Durante o reacionário governo Bolsonaro, o sindicato enfrentou o processo de desindustrialização do país. “Foram lutas defensivas, pela manutenção dos empregos e o não fechamento das fábricas, a exemplo da Caoa Chery, MWL e LG. Na Avibrás, a luta segue até hoje, com mais de um ano e meio de greve em defesa da manutenção dos empregos, pelo pagamento dos salários e estatização da fábrica. Cobranças que fazíamos a Bolsonaro, que agora exigimos de Lula”, declara Weller.

No final do ano passado, o sindicato protagonizou uma forte greve operária. “Foram 17 dias de greve na GM contra a demissão de 836 operários. Conseguimos impor uma derrota à empresa que foi obrigada a cancelar as demissões. Em 2024, os desafios seguirão, pois dentro do capitalismo não tem vida boa para os trabalhadores e trabalhadoras”, declara Weller.

“A nossa tarefa é manter esse fio de continuidade, esse histórico de luta, independência de classe e democracia operária. Uma história que teve início em 1990, com o Toninho. Seguiu com Mancha, Índio, Vivaldo e Macapá. Hoje sou o presidente do sindicato, mas carrego, junto com dezenas de militantes, um projeto que é coletivo, que disputa, no dia-a-dia, a consciência da classe operária para lutar contra o capitalismo e a somar-se na luta pelo socialismo”, finaliza Weller.



2004, assembleia de desfiliação da CUT

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3T4DZPE](https://bit.ly/3T4DZPE)

LUTO

Rogerinho, presente! Até o socialismo, hoje e sempre!

No último dia 28 de fevereiro, perdemos Rogério de Cerqueira Romancini, o Rogerinho, militante do PSTU por mais de três décadas.



Rogerinho teve uma piora em seu quadro de saúde desde o final de novembro, após ter saído de um longo tratamento. De lá pra cá, passou por uma nova cirurgia de intestino (já havia feito uma, no estômago, em novembro). Desta vez, a biópsia indicou um carcinoma de intestino. O diagnóstico da generalização da doença no sistema digestivo indicou tratamento paliativo, pois seu estado de saúde não permitia nenhuma intervenção cirúrgica ou quimioterapia. E, por todo esse período, Rogerinho estava plenamente lúcido e convicto das suas batalhas pela sua vida.

UM OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Rogerinho foi militante secundarista e das escolas técnicas. Uma liderança ferrenha da juventude e dirigente metalúrgico no ABC Paulista. No final da década de 1980, tornou-se metalúrgico, foi expo-

ente e liderança das lutas e greves em São José dos Campos (SP), onde ocupou fábrica e fez avançar a luta da classe operária. Também trabalhou, brevemente, na indústria ferroviária, onde adquiriu o carinhoso apelido de “Maquinista”.

Sempre foi muito popular e se organizou de forma coletiva por onde quer que tenha passado. No final dos anos 90, transferiu-se para o ABC, onde enfrentou grandes batalhas e desafios. Trabalhou na Volkswagen e, novamente, organizou a classe em oposição à direção do sindicato, liderando diversas iniciativas e lutas na categoria.

UM LUTADOR INCANSÁVEL

Nesta época, construiu o grupo de oposição “Ferramenta de Luta”, onde agregou diversas lideranças e gerações. Encabeçou uma chapa sindical pela oposição, na Volks, onde obteve mais de 38% dos votos e se tornou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Nas eleições municipais de 2008, foi candidato a vice-prefeito pelo PSTU, em coligação com o PSOL.

Pela sua forte e irredutível militância, foi demitido após uma forte greve de 15 dias, em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores na Volks. Não se conformou com a demissão, acampou na porta da fábrica e, inclusive, foi até sua matriz, na Alemanha, protestar contra esse ataque, junto ao sindicato e à central sindical local.

Após não ter conseguido retornar à fábrica, foi reconstruir sua vida e a militância no Nordeste, onde trabalhou em diversas metalúrgicas e seguiu na organização da classe trabalhadora. Foi lá que conheceu sua atual companheira, Milena, com quem constituiu família e teve duas filhas, Alice e Flora, pelas quais sentia enorme orgulho e era totalmente apaixonado e com quem nos solidarizamos eternamente.

No último período, voltou a morar em São José dos Campos (SP), trabalhando como soldador, e desenvolveu uma técnica que sempre teve durante a vida: produção artística com materiais recicláveis e de reuso.



ROGERINHO, UM ABNEGADO, NA MILITÂNCIA E NA VIDA, PELO SOCIALISMO

Rogerinho sempre foi focado, intempestivo e um revolucionário de primeira linha. Nunca cedeu fácil às polêmicas, mas sabia conduzir as diferenças com a dureza necessária e sempre à luz da luta de classes. Na maioria das vezes, estava certo e agregava à sua volta diversas opiniões, posições e personagens.

Sua convivência entre nós agregou muito na formação ideológica, no trabalho de base, na disputa política e em todos os aspectos da vida militante. Por

isso, o seu legado não pode ser negado nem esquecido.

As lições, exemplos e conclusões tomadas em sua breve passagem por este mundo constituem verdadeiros patrimônios sobre os quais cada militante revolucionário socialista pode refletir em relação às superações exigidas pelas lutas cotidianas contra o capitalismo. Rogerinho foi um desses exemplos. Rogerinho foi grande.

Rogerinho, presente! Hoje e sempre, até o socialismo!

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/48Y2EGG](https://bit.ly/48Y2EGG)

VITÓRIA!

Justiça determina reintegração de Altino

Pré-candidato a prefeito de São Paulo, pelo PSTU, foi demitido após a luta contra a privatização. A luta continua pela reintegração de todos os demitidos e pelo fim das privatizações!



Justiça do Trabalho reconheceu que a demissão do Altino não teve fundamen-

tos legais e exige sua reintegração até o dia 8 de março.

Em audiência realizada hoje (06/03), a juíza do Tribunal Regional do Trabalho 2 concedeu liminar em favor da reintegração de Altino Prazeres, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e da CSP-CONLUTAS. Altino tinha sido demitido por lutar contra a privatização do Metrô pelo reacionário governo de Tarcísio de Freitas (Re-

publicanos). A determinação da justiça é que ele seja reintegrado até o próximo dia 08, por ter sido uma demissão sem fundamento. E, ainda, requereu ao Ministério Público apuração de ato antisindical por parte do Metrô.

A decisão ocorre dois após a justiça decretar a reintegração de outros cinco metroviários demitidos na mesma ocasião. E, também, um dia após a anúncio do lançamento da pré-can-

didatura de Altino a prefeito de São Paulo pelo PSTU.

UMA VITÓRIA NA LUTA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO

O Metrô ainda pode recorrer da decisão, mas não seria razoável para o interesse da população, já que é reconhecida a falta de funcionários no sistema metroviário.

No próximo dia 20, acontece o julgamento da demis-

são do vice-presidente do Sindicato e também militante do PSTU, Narciso Soares. Em maio será o julgamento de Alex Fernandes, também diretor do sindicato.

Basta de criminalização e perseguição! Lutar não é crime!

Estamos na luta pela reintegração imediata de todos os demitidos.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4C5TK1B](https://bit.ly/4C5TK1B)



Por um “8 de março” contra o genocídio palestino e independente de governos e da burguesia!



SECRETARIA DE MULHERES DO PSTU

Estamos a poucos dias do “8 de março” que, em 1910, foi estabelecido como “Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora”. Passado mais de um século do Congresso das Mulheres Socialistas, que elegeu a data como um dia mundial de manifestações contra a opressão e exploração capitalista, mais do que nunca está colocada a necessidade de fortalecer o “8M”, transformando nossa indignação contra as desigualdades e a violência alimentadas e pelo machismo e o sistema que o propaga em determinação e disposição de luta para conquistar nossos

direitos, derrotar o capitalismo e construir o socialismo.

Convidamos todas as trabalhadoras a virem conosco levantar, com força, neste “8M”, a bandeira pelo fim da violência machista e dos feminicídios, que vitima especialmente as mulheres pretas e pobres, assim como contra o racismo e o genocídio negro e indígena, que encarcera e mata nossos filhos e extermina os povos originários.

Pelo direito aos nossos corpos e por justiça reprodutiva. Para nunca mais sermos vítimas de abusos e assédios, vivermos nossa sexualidade sem julgamentos e podermos decidir se queremos ou não ser mães e o momento para isso. Por Educação Sexual e

contraceptivos para não engravidar e aborto legal e seguro para não morrer.

Por emprego, salário e direitos, moradia digna, creches para nossos filhos e filhas, salário igual para trabalho igual, e pela socialização do trabalho doméstico, para por fim à dupla jornada de trabalho e sobrecarga de cuidados.

Saíamos às ruas, também, para exigir o fim imediato do genocídio israelense à Gaza, cujas vítimas são as crianças e mulheres palestinas. É preciso expressar nosso apoio e solidariedade às mulheres e à resistência operária ucranianas, contra a guerra de Putin, e às mulheres e à classe trabalhadora argentina, que se

levantam hoje contra os ataques e para botar abaixo o governo de Milei.

Venha fortalecer, conosco, as colunas do Movimento Mulheres em Luta (MML) nos atos do “8M”, um movimento

de mulheres trabalhadoras, independente de governos e da burguesia, socialista, revolucionário e internacionalista!

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UZVCIE](https://bit.ly/3UZVCIE)

